



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**EDITAL  
PREGÃO ELETRÔNICO DPE Nº 90005/2026  
Processo Administrativo nº E:12070.0000000584/2026**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS**, por meio da Pregoeira/Agente de Contratação, designada pela Portaria DPE nº 06/2026 e equipe de apoio, publicada no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Alagoas no dia 09 de janeiro de 2026, sediada na Avenida Fernandes Lima, 3296, Gruta de Lourdes, Maceió, Alagoas, realizará licitação, para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço GLOBAL, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**Data da sessão pública:** 12 de maio de 2026

**Horário:** 08:00h (horário de Brasília)

**Critério de Julgamento:** menor preço global

**Modo de disputa:** aberto e fechado

**Preferências ME/EPP/Equiparadas:** sim

**Local:** Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras))

**Código UASG:** 457697

**1. DO OBJETO**

**1.1** O objeto da presente licitação é o **registro de preços para eventual e futura contratação de serviços de vigilância armada para as sedes e subsedes da Defensoria Pública do Estado de Alagoas**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2** A licitação será realizada em grupo único, formados pelos itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

---

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.3.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** Não há cota de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**2.6.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**2.7.** Não poderão disputar esta licitação:

**2.7.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- 2.7.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.7.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.8.** O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.11.** O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.13.** A vedação de que trata o item 2.7.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

---

**3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.2.1.** A proposta de composição de custos deverá ser apresentada em formato .PDF e .XLSX (ou .XLS / .XLSM), esta última com habilitação para análise;

**3.2.2.** Deverá conter uma tabela-resumo com os seguintes valores:

**3.2.2.1.** Valor unitário e total por empregado;

**3.2.2.2.** Valor unitário e total por posto;

**3.2.2.3.** Valor mensal e anual por posto;

**3.2.2.4.** Valor anual dos serviços.

**3.2.3.** Na planilha de composição, deverá conter “aba” detalhando os valores unitários e totais de cada item referente aos custos de uniforme e materiais/equipamentos/epi, exigidos no item 5.6.2 do Termo de Referência.

**3.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecido no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 6.1.1 e 6.12.1 deste Edital.

**3.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.4.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.4.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.4.3.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.4.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021:

**3.6.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**3.6.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

---

**3.7.** A falsidade da declaração de que trata os itens 2.4 ou 2.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.11.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.11.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.12.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.12.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**3.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 2.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

---

órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.14.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1.** Valor unitário e total do item;

**4.1.2.** Valor total global;

**4.1.3.** Marca, se cabível;

**4.1.4.** Fabricante, se cabível.

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.2.1.** O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.

**4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos





**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

**4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.9.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

**4.9.1.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos.

**4.10.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 97, inciso VII, da Constituição Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**4.11.** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**4.12.** Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

**5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.

**5.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

**5.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

**5.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

**5.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**5.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**5.11.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**5.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**5.11.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.11.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**5.11.4.** Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.11.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**5.12.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**5.12.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**5.12.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.12.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**5.12.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**5.12.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.14.** Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.16.** No caso de desconexão com a pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**5.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**5.19.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.19.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.19.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.19.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.20.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.20.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**5.20.2.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.20.3.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**5.20.4.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.20.5.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.21.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.21.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**5.21.2.** Empresas brasileiras;

**5.21.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**5.21.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.22.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

---

permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.22.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.22.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.22.4.** A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.22.5.** É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.23.** Após a negociação do preço, a pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**6.1.1.** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

**6.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**6.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**6.1.4.** Certidão Negativa de Licitante Inidôneo, mantida pelo Tribunal de Contas da União

<https://portal.tcu.gov.br/carta-de-servicos/certidoes/certidao-negativa-de-licitante-inidoneo>)

**6.1.5.** Cadastro Alagoano de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS/AL, mantido pela Controladoria-Geral do Estado de Alagoas

[https://ceis.cge.al.gov.br/sancoes/consulta\\_empresa/](https://ceis.cge.al.gov.br/sancoes/consulta_empresa/)

**6.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**6.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**6.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**6.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**6.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.4.** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**6.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.7 deste edital.

**6.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.





**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

---

**6.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.7.1.** Contiver vícios insanáveis;

**6.7.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência;

**6.7.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.7.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;

**6.7.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.8.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**6.8.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**6.8.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.9.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**6.9.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**6.9.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme valores constantes no termo de referência.

**6.9.3.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**6.9.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**6.10.** Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.11.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.11.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, quando houver, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**6.11.2.** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

**6.11.3.** Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

---

comprovação de exequibilidade.

**6.11.4.** Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

**6.11.5.** Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

**6.12.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**6.12.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**6.12.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.13.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**6.14.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.15.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**6.16.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

---

**6.17.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**6.18.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**7.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**7.2.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**7.3.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**7.3.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**7.4.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia devidamente registradas nos Órgãos oficiais ou autenticadas em cartório ou por servidor desta DPE/AL, quando emitidas por meio de sítio eletrônico dispensa-se a apresentação de autenticação.

**7.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

**7.6.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**7.7.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.8.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.9.** A realização de vistoria prévia se dará, quando cabível, nos moldes determinados no Termo de referência.

**7.10.** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**7.10.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**7.11.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**7.11.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**7.12.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.12.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**7.12.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

**7.13.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.13.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.13.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**7.14.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

---

substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**7.14.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**7.14.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**7.15.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.16.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

**7.17.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.18.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

**7.19.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DOS RECURSOS**

**8.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

---

- 8.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 8.3.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
  - 8.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - 8.3.4.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.





**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

---

**9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato, ou a ata de registro de preço, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, no prazo estabelecido pela Administração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. Fraudar a licitação;

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

---

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. Os danos que dela provierem para a administração pública;

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1 a 9.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4 a 9.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito Administração Pública do Estado de Alagoas, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4 a 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1 a 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Alagoas.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: através do e-mail [cpl@al.def.br](mailto:cpl@al.def.br), ou por petição dirigida ou protocolada na Sede da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, localizada na Av. Fernandes Lima, nº 3296, Gruta de Lourdes, Maceió/Alagoas, CEP: 57.052-000.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

---

**11. TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

11.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei.

11.2.1. No caso de opção do adjudicatário pela modalidade de garantia prevista no art. 96 §1º, II da Lei nº 14.133, de 2021 (seguro-garantia), o prazo estabelecido no subitem acima será de, mínimo X meses, contado da data de homologação da licitação.

11.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

11.3. Antes de formalizar o Termo de Contrato ou emitir o instrumento equivalente, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para verificar a regularidade fiscal exigida na licitação, bem como ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP para identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, juntando aos autos as respectivas certidões negativas.

11.4. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

11.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

11.6. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

11.7.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

11.7.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição;

11.7.3. A regra do subitem 11.5 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem acima.

## **12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

12.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

---

12.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**12.3.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

**12.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**12.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**12.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**12.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

### **13. CADASTRO DE RESERVAS**

**13.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**13.1.1.** dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**13.1.2.** dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

**13.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**13.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**13.2.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**13.3.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**13.3.1.** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**13.3.2.** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

**13.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**13.4.1.** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**13.5.** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1. DO REGISTRO DE PREÇOS:** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**14.2.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**14.3.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente





**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.4. Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

14.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

14.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.12.1. ANEXO I – Minuta de Termo de Contrato;
- 14.12.2. ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- 14.12.3. ANEXO III – Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar.

Maceió (AL), 22 de abril de 2026.

**Meliana Moreira Martin**  
Pregoeira/Agente de Contratação



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO I – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO DPE/AL Nº (...) /2026,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA  
PÚBLICA DE ALAGOAS E A EMPRESA (...),  
PARA A (...).**

**CONTRATANTE:** A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS – DPE/AL, pessoa jurídica do direito interno, inscrita no CNPJ n.º 04.649.138/0001-77, com sede na Avenida Fernandes Lima, nº 3296, Gruta de Lourdes, CEP: 57052-403, Maceió/AL, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral do Estado, Sr. Fabrício Leão Souto, brasileiro, portador da matrícula funcional n.º (...).

**CONTRATADO:** A empresa (...nome...), inscrita no CNPJ sob o nº (...), com sede na (...endereço...) e com o seguinte endereço eletrônico (...@...), representada pelo seu (...cargo do representante legal...), Sr. (...nome...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (...procuração/contrato social/estatuto social...), inscrito no CPF sob o nº (...);

Os CONTRATANTES, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e aos preceitos de direito público, aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, inclusive Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente contrato, decorrente do processo administrativo nº (...) e do Pregão Eletrônico nº (...), mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

- 1.1. O objeto do contrato é a (...), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

Item	Especificação	CATMAT/ CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$) ou Percentual de Desconto (%)	Valor Total
(...)	(...)	(...)		(...)	(...)	(...)

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.3.2. O Edital da Licitação/Aviso de Dispensa Eletrônica;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. A contratação tem prazo de vigência é (...), contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de Contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O Contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (...) (...valor por extenso...).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**6. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em (.../.../...).

7.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

### **7. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1.** São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Contratante para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de um mês.

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de um mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27 do código de defesa do consumidor ([lei nº 8.078, de 1990](#));

9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no sicafe, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à seguridade social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à dívida ativa da união; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a fazenda estadual ou distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) certidão de regularidade do FGTS – CRF; e 5) certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante;

9.1.9. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.1.12.1. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes com idade entre quatorze e dezoito anos, nos termos do art. 53 do Decreto Federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018.

9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, ii, d, da lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual





**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

ou municipal, as normas de segurança do Contratante e todas as exigências contidas no Termo de Referência.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**10.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- 11.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 11.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 11.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 11.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2 a 11.1.4 do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

---

14.133, de 2021);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.5 a 11.1.8 do subitem acima deste Contrato, bem como nos subitens 11.1.2 a 11.1.4 do subitem acima deste Contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.4. Multa:

11.2.4.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

11.2.4.1.1. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.4.2. Compensatória, para as infrações previstas nos itens 11.1.1 a 11.1.4, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato;

11.2.4.3. Compensatória, para as infrações previstas nos itens 11.1.5 a 11.1.8, de 15% quinze por cento a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

11.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.6.4. Os danos que dela provierem para o contratante; e

11.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no CEIS e no CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.1.2. Quando a não conclusão do contrato referida no subitem anterior decorrer de culpa do Contratado:

12.1.2.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

**12.1.2.2.** poderá a administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

---

ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

**12.3.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**12.4.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Assessoria Jurídica da DPE/AL, salvo



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

---

nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**14.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

14.1.1. Unidade: (...);

14.1.2. Fonte de Recursos: (...);

14.1.3. Programa de Trabalho: (...);

14.1.4. Natureza da Despesa: (...).

**14.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS**

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e em demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

**16.1.** Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento no PNCP.



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1. Fica eleito o foro da comarca de Maceió, Alagoas, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, este termo de contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos Contratantes.

Maceió (AL), em (...) de (...) de (...).

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADO

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA                  CPF Nº

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA                  CPF Nº

**ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº (...)/(20...)

Processo Administrativo nº (...)

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS – DPE/AL, pessoa jurídica do direito interno, inscrita no CNPJ n.º 04.649.138/0001-77, com sede na Avenida Fernandes Lima, nº 3296, Gruta de Lourdes, CEP: 57052-403, Maceió/AL, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral do Estado, Sr. Fabrício Leão Souto, brasileiro, portador da matrícula funcional n.º (...), considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº (...)/20(..), publicado no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Alagoas de (...) de (...) de 20(...), processo administrativo nº (...), RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de (...), especificado(s) no(s) item(ns) nº (...) do Termo de Referência anexo do Edital de Licitação nº (...)/20(...), que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**2.1.** O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:





**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

Fornecedor: (...razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante...)						
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor (R\$) ou Percentual de Desconto (%)	Requisição Mínima	Requisição Máxima
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3. DO ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA E PARTICIPANTES**

3.1. A gerenciadora será a Defensoria Pública do Estado de Alagoas;

3.2. Além do gerenciador não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata de Registro de Preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

**Dos limites para as adesões**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.

4.8. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias.

**Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital ou no Aviso de Contratação Direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital ou no Aviso de Contratação Direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

5.10. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços Registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis,



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

Registro de Preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos para as adesões.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução





**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

---

descentralizada será por meio do remanejamento.

**9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

---

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão ou entidade participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital ou ao aviso de contratação direta.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo órgão ou entidade gerenciadora e fornecedor(es) e encaminhada, por cópia, aos Órgãos Participantes.

Maceió (AL), em (...) de (...) de (...).

\_\_\_\_\_  
ÓRGÃO GERENCIADOR

\_\_\_\_\_  
FORNECEDOR

\_\_\_\_\_  
FORNECEDOR

\_\_\_\_\_  
FORNECEDOR

\_\_\_\_\_  
(...)

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA          CPF Nº

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA          CPF Nº

**Cadastro Reserva**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor: (...razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante...)						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor (R\$) ou	Requisição	Requisição



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
**DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

		de Medida	e	Percentual de Desconto (%)	Mínima	Máxima
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor: (...razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante...)						
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade e	Valor (R\$) ou Percentual de Desconto (%)	Requisição Mínima	Requisição Máxima
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

---

**ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA E ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Termo de Referência 9/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	457697-EAL -DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DE ALAGOAS	REGINA SAMARA DE VASCONCELOS SILVA	06/04/2026 10:07 (v 0.9)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		E:12070.0000000584 /2026

1. Definição do objeto

1. Contratação de serviços de vigilância armada para as sedes e subsedes da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, conforme condições e exigências estabelecidas nas tabelas abaixo:

VALOR ESTIMADO

Item	Especificação	CATSER	Valor por Empregado	Quant. de Empre-gados	Valor Proposto por Posto	Quant. de Postos	Valor Proposto Mensal	Quant. de meses	Valor Total do Serviços Anual
1	Vigilância Ostensiva Armada, de 44 horas semanais – DIURNO - (de segunda a sexta-feira).	24015	R\$ 6.167,45	1	R\$ 6.167,45	12	R\$ 74.009,40	12	R\$ 888.112,80
2	Vigilância Ostensiva Armada, 12 horas diurnas, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas - DIURNO - (de domingo a domingo).	24015	R\$ 6.329,96	10	R\$ 12.659,92	5	R\$ 63.299,60	12	759.595,20
3	Vigilância Ostensiva Armada, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12x36 horas - NOTURNO - (de domingo a domingo).	24015	R\$ 7.771,81	10	R\$ 15.543,62	5	R\$ 77.718,10	12	932.617,20
							R\$ 215.027,10		R\$ 2.580.325,20

1.2. Os serviços desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. A contratação se dará por meio de Sistema de Registro de Preços.

1.3.1. Com a expansão da Defensoria Pública, tanto na capital quanto no interior, o Registro de Preços oferece a flexibilidade para ajustar rapidamente a contratação de serviços de vigilância armada conforme o surgimento de novas necessidades.

1.4. O contrato firmado a partir da Ata de registro de preços terá vigência de 24 (vinte e quatro meses), contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O serviço é enquadrado como contínuo tendo em vista que se interrompidos comprometem a continuidade da manutenção das atividades administrativas, impossibilitando o perfeito desempenho das suas atribuições, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o período integral.

## **2. Fundamentação da contratação**

2.1. A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

## **3. Descrição da solução**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

## **4. Requisitos da contratação**

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade;

4.1.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. Os serviços serão prestados por empresa devidamente habilitada pelos órgãos de controle e fiscalização da atividade e com utilização de mão de obra detentora de formação profissional específica com dedicação exclusiva. O treinamento e capacitação de mão de obra não implicarão em custos com a contratação.

4.3. A empresa deve utilizar rotinas e definir perfil de mão de obra para os postos de serviço que possibilitem maior eficiência do efetivo aplicado no desenvolvimento de ações preventivas, que incluam o uso de equipamentos auxiliares no controle de acesso, a identificação de situações de risco, e a redução do tempo de resposta as situações de ameaça e dano.

4.4. A contratada deverá observar integralmente a Lei nº 14.967/2024, que regulamenta o mercado de vigilância armada no Brasil, disciplinando o uso de armas de fogo por profissionais de segurança privada e estabelecendo os requisitos para o funcionamento das empresas do setor, inclusive quanto à obrigatoriedade de autorização prévia e ao cumprimento das normas específicas para porte e utilização de armamento.

4.5. A contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados, sendo de sua responsabilidade o controle do cumprimento da jornada diária de trabalho Deverá providenciar uniformes, desde o início da execução do serviço, para que os profissionais indicados apresentem-se ao serviço devidamente trajados.

4.6. Será exigida garantia de execução contratual que contemple também a cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela empresa contratada, com validade durante a vigência do contrato e mais 90 dias após o seu encerramento.

4.7. Para garantir a execução ideal dos serviços contratados, a empresa deverá fornecer todos os materiais e equipamentos necessários. Isso inclui por exemplo uniformes completos, coletes à prova de balas, armamentos, munições, cassetetes/tonfas, porta-cassetetes/tonfas, rádios de comunicação, crachás, livros de ocorrência, lanternas recarregáveis e detector de metal portátil, conforme as quantidades estimadas.

4.8. A contratada deverá comprovar experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos.

4.9. A contratada deverá obter autorização específica junto à Polícia Federal para a prestação de serviço de vigilância armada. Além disso, os vigilantes armados devem passar por treinamento e estar regularmente certificados para portar armas.

4.10. A prestação de serviços de vigilância armada deve fornecer vigilância ostensiva armada, com equipamentos de proteção e armamento apropriado, disponibilizando cursos e treinamentos de capacitação/atualização dos profissionais.

4.10.1. A prestação de serviço de vigilância armada deverá controlar o acesso de transeuntes, realizar revistas pessoais quando necessário e garantir a integridade física das pessoas e a preservação do patrimônio, sendo necessário pessoal treinado e com equipamentos de boa qualidade.

4.10.2. A alocação dos postos de trabalho serão distribuídos em diferentes cidades do Estado de Alagoas, como Maceió (Sede Geral, Grutinha e Poço), Rio Largo, Coruripe, Penedo, Arapiraca, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema e Delmiro Gouveia. As quantidades serão contratadas de acordo com a necessidade desta Defensoria em consoante com o registrado em ATA.

4.11. A contratada deve se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.12. A CONTRATADA deve se comprometer a cumprir o estabelecido e fornecer sempre que solicitadas informações e/ou esclarecimentos necessários.

## 5. Modelo de execução do objeto

5.1. Condições de execução:

5.1.1. O prazo de execução dos serviços será contado do efetivo recebimento da Ordem de Execução/Nota de Empenho até a expiração do prazo de vigência contratual.

5.2. Para a Ata de Registro de Preços, buscando atender às necessidades de segurança da instituição, abrangendo diferentes horários e dias da semana, serão registrados os seguintes serviços de Vigilância Ostensiva Armada:

5.2.1. **12 (doze) postos de vigilância, com jornada de 44 horas semanais, diurnos, de segunda a sexta-feira;**

5.2.2. **5 (cinco) postos de vigilância, com jornada de 12 horas diurnas, em regime de escala de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, de domingo a domingo;**

5.2.3. **5 (cinco) postos de vigilância, com jornada de 12 horas noturnas, em regime de escala de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, de domingo a domingo.**

5.2.4. Os serviços serão prestados em horário definidos de acordo com cada posto de vigilância.

5.3. A prestação de serviços de vigilância armada deve fornecer equipamentos de proteção e armamento apropriado, disponibilizando cursos e treinamentos de capacitação/atualização dos profissionais.

5.4. A alocação dos postos de trabalho serão distribuídos em diferentes cidades do Estado de Alagoas, como **Maceió** (Sede Geral, Grutinha e Poço), **Rio Largo, Coruripe, Penedo, Arapiraca, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema e Delmiro Gouveia**. As quantidades serão contratadas de acordo com a necessidade desta Defensoria em consoante com o registrado em ATA.

5.5. A prestação de serviço de vigilância armada deverá controlar o acesso de transeuntes, realizar revistas pessoais quando necessário e garantir a integridade física das pessoas e a preservação do patrimônio, sendo necessário pessoal treinado e com equipamentos de boa qualidade.

5.6. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar fardamentos específicos para o cargo, promovendo sua substituição quando necessário. A contratada deve disponibilizar uniformes completos, armamentos e munição, materiais e Equipamentos de Proteção Individual (EPI'S) para cada vigilante contratado.

5.6.1. Os uniformes a serem fornecidos pela contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão ou entidade contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade.



- 5.6.1.1. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade.
- 5.6.1.2. Cada trabalhador receberá o uniforme completo contendo calça, camisa, gandola e par de meias a cada 6 (seis) meses.
- 5.6.2. As quantidades e custos de uniformes, armanentos e munição, materiais e EPI'S por vigilante serão as seguintes, de acordo com a modalidade:

UNIFORME - POR VIGILANTE

Item	Descrição	CATMAT	Quant. por vigilante	Valor Unitário	Valor Total
1	Calças (por vigilante).	601102	02	R\$ 115,33	R\$ 230,66
2	Camisas de manga curta (por vigilante).	623334	02	R\$ 48,38	R\$ 96,76
3	Gandola de manga curta (por vigilante).	615976	02	R\$ 284,00	R\$ 568,00
4	Cinto com codre e baleiro (por vigilante).	609945	01	R\$ 67,89	R\$ 67,89
5	Coturno (por vigilante).	614858	01	R\$ 276,56	R\$ 276,56
6	Par de meias (por vigilante).	446321	02	R\$ 18,58	R\$ 37,16
7	Quepe ou boné com emblema da empresa (por vigilante).	615672	01	R\$ 27,30	R\$ 27,30
8	Crachá (por vigilante).	10111	01	R\$ 13,80	R\$ 13,80
9	Presilha crachá (por vigilante).	406995	01	R\$ 3,30	R\$ 3,30
10	Cordão crachá (por vigilante).	441033	01	R\$ 1,97	R\$ 1,97
VALOR TOTAL:					R\$ 1.323,40
VALOR MENSAL POR VIGILANTE:					R\$ 110,28

MATERIAIS/ EQUIPAMENTOS/ EPI'S

Item	Descrição	CATMAT/ CATSER	Quantidade Total	Valor Unitário	Depreciação (meses)	Valor com Depreciação	Valor Total
1	Revólver calibre 38 (por posto).	99830	2	R\$ 4.996,06	240	R\$ 20,82	R\$ 41,63
2	Munições calibre 38 (por posto).	242723	24	R\$ 8,31	60	R\$ 0,14	R\$ 3,32
3	Capa de chuva (por posto).	399247	02	R\$ 51,58	12	R\$ 4,30	R\$ 8,60
4	Livro de ocorrência (por localidade).	616602	10	R\$ 37,20	12	R\$ 3,10	R\$ 31,00
5	Tonfa (por vigilante)	299290	03	R\$ 48,60	24	R\$ 2,03	R\$ 6,08
6	Porta Tonfa (por vigilante).	474226	03	R\$ 29,29	24	R\$ 1,22	R\$ 3,66
7	Lanterna led recarregável (por posto).	430628	02	R\$ 133,43	60	R\$ 2,22	R\$ 4,45
8	Rádio comunicador profissional (por vigilante).	615082	03	R\$ 211,62	60	R\$ 3,53	R\$ 10,58
9	Capa de couro para rádio comunicador (por vigilante).	485151	03	R\$ 98,93	60	R\$ 1,65	R\$ 4,95
10	Detector de metal portátil recarregável (por localidade).	248434	08	R\$ 134,38	60	R\$ 2,24	R\$ 17,92
11	Cofre para arma de fogo e munição (por localidade).	617352	10	R\$ 501,56	240	R\$ 2,09	R\$ 20,90
12	Capa de colete (por vigilante).	605162	03	R\$ 567,99	60	R\$ 9,47	R\$ 28,40
13	Colete nível II-A (por posto).	398266	02	R\$ 1.427,00	60	R\$ 23,78	R\$ 47,57
VALOR TOTAL:							R\$ 229,05
VALOR MENSAL POR VIGILANTE:							R\$ 19,09

- 5.1. Condições de execução do serviço:
- 5.1.1. O prazo de execução dos serviços será contado do efetivo recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Execução até a expiração do prazo de vigência contratual.

5.1.2. A execução do serviço terá início no dia **29 de junho de 2026**.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato nos termos do contrato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Preposto:

6.6.1. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6.2. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período 24 (vinte e quatro meses), contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6.3. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.7. Fiscalização:

6.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.8. Fiscalização Técnica:

6.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8.2. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.8.3. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao Contratado a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.8.4. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto do Contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.8.5. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.8.6. O Contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.8.7. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções ao Contratado de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.8.8. É vedada a atribuição ao Contratado da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.8.9. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.8.10. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133, de 2021.

6.8.11. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do Contratado que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

6.8.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.8.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8.14. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.1.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.1.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8.1.7. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.8.1.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

## 6.9. Fiscalização Administrativa:

6.9.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9.3. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.9.4. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.9.4.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.9.4.1.1. No primeiro mês da prestação dos serviços, o Contratado deverá apresentar a seguinte documentação:

6.9.4.1.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.9.4.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pelo Contratado;

6.9.4.1.1.3 Exames médicos admissionais dos empregados do Contratado que prestarão os serviços; e

6.9.4.1.1.4. Entrega até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no SICAF:

6.9.4.1.1.5. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.9.4.1.1.6. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.9.4.1.1.7. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.9.4.1.1.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.9.4.1.2. Entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.9.4.1.2.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.9.4.1.2.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.9.4.1.2.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.9.4.1.2.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.9.4.1.2.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.9.4.1.3 Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.9.4.1.3.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.9.4.1.3.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.9.4.1.3.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.9.4.1.3.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados

6.9.4.2. Sempre que houver admissão de novos empregados pelo Contratado, os documentos elencados no item

6.9.4.1.1. Acima deverão ser apresentados.

6.9.4.3. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.7.4.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.9.4.4. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o Contratado deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

- 6.9.4.5. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.9.4.6. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.9.4.7. Não haverá pagamento adicional pelo Contratante ao Contratado em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.9.4.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.9.4.9. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.9.4.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.9.4.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.
- 6.9.4.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.9.4.13. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.9.4.14. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.9.4.15. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.9.4.16. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.9.4.17. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.
- 6.9.4.18. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.9.4.19. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.9.4.20. A inadimplência do Contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.9.4.21. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado – IMR para aferição da qualidade da prestação dos serviços:

7.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1 Não produziu os resultados acordados;

7.1.1.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.1.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.1.3.1 O fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2. Recebimento do objeto:

7.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de (15) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.2.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.1.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.2.1.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.2.1.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.2.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.2.2.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.2.2.2. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.3. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.2.4. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.5. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.2.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.2.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de (30) dias, contados do recebimento provisório, por gestor do contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.2.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

7.2.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.2.9.3. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.2.9.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal/Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.2.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.2.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.2.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### 7.3. Liquidação:

7.3.1. Recebida a Nota Fiscal/Fatura, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.3.1.1. O prazo de que trata esse subitem será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.3.2.1. O prazo de validade;

7.3.2.2. A data da emissão;

7.3.2.3. Os dados do contrato e do órgão ou entidade contratante;

7.3.2.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.3.2.5. O valor a pagar; e

7.3.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.3.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no procedimento de contratação, bem como ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP para identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.3.6. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.3.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.3.8. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.3.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.4. Prazo de pagamento:

7.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.4.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

7.5. Forma de pagamento:

7.5.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.5.1.1. O Contratado assumirá os custos decorrentes da transferência de valores caso indique conta bancária que não seja da Caixa Econômica Federal – CEF.

7.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5.4. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1.1. O objetivo é contratar o serviço de vigilância armada, com dedicação exclusiva de mão de obra.

8.1.2. **O regime de execução do contrato será: empreitada por preço global.**

8.1.3. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço global**.

8.1.3.1. Para esta contratação específica, não se recomenda a aplicação do princípio do parcelamento nesta contratação, uma vez que dividir o objeto do contrato poderia resultar na perda de economia de escala e na inviabilidade técnica, gerando aumento da complexidade na fiscalização contratual devido a dificuldade de padronização do serviço.

8.1.3.2. Destaca-se que a existência de mais de uma empresa contratada poderia trazer uma série de transtornos quanto à eventual responsabilização e gerenciamento administrativo.

8.1.3.3. Portanto, não se recomenda a aplicação do princípio do parcelamento nesta contratação, uma vez que a divisão do objeto poderia acarretar perda de economia de escala e aumento da complexidade na fiscalização contratual.

### 8.2. Exigências de habilitação:

#### 8.2.1. Habilitação jurídica:

8.2.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectivas e de;

8.2.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio correspondente;

8.2.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.2.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.2.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.2.1.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 8.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.2.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

8.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8.2.2.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### 8.2.3. Qualificação econômico-financeira:

8.2.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de sociedade simples;

8.2.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.2.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

8.2.3.3.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.2.3.3.2. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.2.3.3.3. Caso o fornecedor seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.2.3.4. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) =  $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$ ;

II - Solvência Geral (SG) =  $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$ ; e

III - Liquidez Corrente (LC) =  $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$ .

8.2.3.5. A empresa, que apresentar resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverá comprovar patrimônio líquido mínimo de até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.2.3.6. Deverá ser apresentada a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

8.2.3.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### 8.2.4. Qualificação Técnica:

8.2.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.2.4.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com o mínimo de:

8.2.4.1.1.1. Características: **fornecimento de serviços de vigilância armada;**

8.2.4.1.1.2. Quantidades: no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da quantidade do objeto licitado;

8.2.4.1.1.3. Prazos: no máximo, 50% (cinquenta por cento) superior ao prazo de entrega do objeto licitado.

8.2.4.1.1.4. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos.

8.2.4.2.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.2.4.2.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.4.2.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atuado contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.2.4.2.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.2.4.2.5. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.2.4.2.6. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133, de 2021, e regulamentos sobre o tema.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 2.580.325,20

9.1. O valor estimado anual total da contratação é de até **R\$ 2.580.325,20** (dois milhões, quinhentos e oitenta mil, trezentos e vinte e cinco reais e vinte centavos).

9.2. Ressalta-se que os valores estimados têm como base a cotação realizada pelo setor de compras.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geraldo Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

10.1.1 Gestão/Unidade: 11011 - Defensoria Pública Geral do Estado de Alagoas;

10.1.2 Fonte de Recursos: 500 - Recursos não Vinculados de Impostos;

10.1.3 Programa de Trabalho: 03.122.0004.2001 - Manutenção das Atividades do Órgão;

10.1.4 Elemento de Despesa: 3.3.90.37 - Locação de Mão de obra;

10.1.5. Subitem: 03 - Vigilância ostensiva.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**REGINA SAMARA DE VASCONCELOS SILVA**

Agente de Apoio



*Assinou eletronicamente em 06/04/2026 às 10:07:51.*

## EAL -DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DE ALAGOAS

**Estudo Técnico Preliminar 3/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: E:12070.0000000584/2026

**2. Descrição da necessidade**

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo avaliar a viabilidade da contratação de serviços de vigilância armada, com dedicação de mão de obra exclusiva, para a Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DPE/AL). A prestação de serviços de vigilância armada nos prédios desta Defensoria Pública é crucial para resguardar a integridade do patrimônio institucional e humano deste órgão, considerando as estruturas prediais e o fluxo de pessoas.

O contrato atual de vigilância armada, nº 012/2021, apresenta vencimento para 28/06/2026 sendo assim indispensável um novo processo para a contratação desse serviço.

A presença de vigilância armada mitiga riscos significativos como ameaças físicas e roubos, garantindo um ambiente seguro para o funcionamento contínuo das atividades, protegendo não apenas os bens materiais, mas principalmente a integridade física de todos os envolvidos, promovendo um ambiente seguro e protegido.

Diariamente, milhares de pessoas buscam atendimento jurídico de forma gratuita nos prédios desta Defensoria, sendo assim essencial que soluções de segurança sejam implementadas, tanto para o público, quanto para os colaboradores.

A Defensoria Pública lida muitas vezes com casos complexos e sensíveis, como violência doméstica, crimes e outras situações de alto risco. A presença de vigilância armada oferece uma camada adicional de proteção para defensores públicos, servidores e colaboradores, mitigando a possibilidade de ameaças e agressões. Essa medida garante ainda um ambiente seguro onde aqueles que buscam assistência podem encontrar ajuda e orientação jurídica sem temer intimidações ou violência.

Cumprir esclarecer que, no ano de 2025, foi celebrado o Convênio nº 007/2025 (E:12070.0000000774/2025) com a Polícia Militar do Estado de Alagoas, cujo objeto consiste na implantação da Guarda da Defensoria Pública (DGP), destinada a assegurar a proteção institucional em todo o Estado de Alagoas, nos termos pactuados, suprimindo a carência de pessoal técnico especializado na área de segurança. Todavia, destaca-se que, em determinadas localidades, não houve militares interessados na prestação do serviço ou o número de inscritos mostrou-se insuficiente (apenas um, dois ou três candidatos), circunstância que evidencia a necessidade de instauração do presente processo, a fim de garantir a adequada execução das atividades de segurança institucional.

A vigilância armada envolve a implementação de medidas defensivas que empregam pessoal treinado. Sua contratação tem principal objetivo proteger vidas, propriedades e informações, visando assegurar a ordem e a proteção, tanto diurna quanto noturnamente, nos prédios desta Instituição.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Setor de Patrimônio	Thiago de Holanda Rosário

## **4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

### **4.1 Contratação por Sistema de Registro de Preço**

A contratação se dará por meio de Sistema de Registro de Preço, se mostrando como melhor opção para atender a essa demanda de forma eficiente, ágil e econômica, oferecendo diversas vantagens.

O Registro de Preços permite que a Defensoria Pública contrate os serviços de vigilância armada de acordo com suas necessidades, sem a obrigatoriedade de consumir todo o quantitativo registrado de uma vez. Isso é especialmente importante para uma instituição que pode enfrentar variações na demanda de segurança ao longo do tempo.

A utilização do Registro de Preços simplifica e acelera o processo de contratação, pois elimina a necessidade de realizar múltiplas licitações para cada demanda específica, contratando de forma rápida e eficiente, garantindo a continuidade dos serviços de vigilância.

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei 14.133/2021.

Assim, com a expansão da Defensoria Pública, tanto na capital quanto no interior, o Registro de Preços oferece a flexibilidade para ajustar rapidamente a contratação de serviços de vigilância armada conforme o surgimento de novas necessidades.

### **4.2. Da descrição do serviço**

A natureza do objeto deste ETP, enquadra-se em serviços comuns nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, devendo, portanto, ser licitado por meio do Pregão.

O objetivo é contratar o serviço de vigilância armada, com dedicação exclusiva de mão de obra e em regime de empreitada por preço global e de natureza continuada.

O serviço é enquadrado como contínuo tendo em vista que se interrompidos comprometem a continuidade da manutenção das atividades administrativas, impossibilitando o perfeito desempenho das suas atribuições.

Os serviços serão prestados por empresa devidamente habilitada pelos órgãos de controle e fiscalização da atividade e com utilização de mão de obra detentora de formação profissional específica com dedicação exclusiva. O treinamento e capacitação de mão de obra não implicarão em custos com a contratação.

A empresa deve utilizar rotinas e definir perfil de mão de obra para os postos de serviço que possibilitem maior eficiência do efetivo aplicado no desenvolvimento de ações preventivas, que incluam o uso de equipamentos auxiliares no controle de acesso, a identificação de situações de risco, e a redução do tempo de resposta as situações de ameaça e dano.

A contratada deverá observar integralmente a Lei nº 14.967/2024, que regulamenta o mercado de vigilância armada no Brasil, disciplinando o uso de armas de fogo por profissionais de segurança privada e estabelecendo os requisitos para o funcionamento das empresas do setor, inclusive quanto à obrigatoriedade de autorização prévia e ao cumprimento das normas específicas para porte e utilização de armamento.

A contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados, sendo de sua responsabilidade o controle do cumprimento da jornada diária de trabalho. Deverá providenciar uniformes, desde o início da execução do serviço, para que os profissionais indicados apresentem-se ao serviço devidamente trajados.

Será exigida garantia de execução contratual que contemple também a cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela empresa contratada, com validade durante a vigência do contrato e mais 90 dias após o seu encerramento.

Para garantir a execução ideal dos serviços contratados, a empresa deverá fornecer todos os materiais e equipamentos necessários. Isso inclui por exemplo uniformes completos, coletes à prova de balas, armamentos, munições, cassetetes/tonfas, porta-cassetetes /tonfas, rádios de comunicação, crachás, livros de ocorrência, lanternas recarregáveis e detector de metal portátil, conforme as quantidades estimadas.

A contratada deverá comprovar experiência mínima de 3(três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos.

O contrato firmado a partir da Ata de registro de preços terá vigência de 24 (vinte e quatro meses), contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

O serviço é enquadrado como contínuo tendo em vista que se interrompidos comprometem a continuidade da manutenção das atividades administrativas, impossibilitando o perfeito desempenho das suas atribuições, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o período integral e de forma exclusiva, estando os funcionários à disposição da Administração para que executem tarefas de seu interesse.

O prazo de execução dos serviços será contado do efetivo recebimento da Ordem de Execução/Nota de Empenho até a expiração do prazo de vigência contratual.

## **5. Levantamento de Mercado**

O mercado brasileiro tem vasta experiência na execução do tipo de serviço de vigilância humana armada, prestado por empresa especializada. Em dezembro de 2024, segundo a Polícia Federal, órgão que regulamenta e fiscaliza a atividade, existiam 519.095 vigilantes atuando em todo o Brasil, em maio de 2025 esse número chegou a 571.157, representando um aumento de 10%, nos cinco primeiros meses do ano.

As empresas especializadas na prestação do serviço de segurança privada usam estratégias competitivas entre elas que incluem diferenciação de serviço e investimento em tecnologia de segurança.

Aqui no país o mercado de vigilância armada é regulado por leis específicas que governam o uso de armas de fogo por seguranças privados, como a Lei nº 14.967/2024 que define os requisitos para empresas de segurança privada, incluindo a necessidade de autorização prévia e regulamentação rigorosa do uso de armas de fogo.

As empresas que operam com vigilância armada devem obter autorização específica junto à Polícia Federal. Além disso, os vigilantes armados devem passar por treinamento e estar regularmente certificados para portar armas.

O uso de segurança privada armada no Brasil recebe críticas relacionadas a incidentes de uso excessivo de força e/ou mau treinamento. A fiscalização e a regulamentação são essenciais para mitigar esses problemas.

A vigilância armada se mostra uma ótima alternativa de segurança, no entanto como a maioria dos serviços, ela apresenta alguns concorrentes, como os sistemas de Segurança Eletrônica, que são sistemas montados de alarme, câmeras de vigilância e monitoramento remoto.

A entrega dos serviços de vigilância humana armada é praticamente instantânea, ao contrário da vigilância eletrônica, que requer uma instalação prévia antes de entrar em operação. Além disso, a vigilância eletrônica é menos eficaz na prevenção de possíveis riscos à segurança física.

Um serviço em menor grau de concorrência, mas que também pode ser mencionado, são as empresas e profissionais que oferecem serviços de segurança desarmada, como rondas, controle de acesso e monitoramento, representando uma alternativa para quem opta por não ter vigilantes armados.

Como concorrente pode-se citar ainda um serviço com um preço mais elevado, que é o uso da inteligência artificial para serviços de segurança, como reconhecimento facial e drones de vigilância.

Os principais desafios associados a contratação de vigilância armada inclui o custo operacional e a gestão de riscos associados ao uso de armas de fogo, no entanto garante uma maior segurança física contra ameaças, roubos, invasão e outros crimes violentos, com agentes de segurança treinados para lidar com situações de alta pressão.

O mercado de vigilância armada compete diretamente com uma variedade de soluções (tabela 1), cada uma com suas vantagens e custos, no entanto o que vai determinar a contratação é a necessidade da instituição.

**Tabela 01. Comparação das soluções de segurança.**

Tipo de Serviço	Descrição	Vantagens	Desafios	Custo comparada as demais
Vigilância Armada	Seguranças armados e proteção física contra ameaças e crimes.	Pronta resposta, presença física e profissional treinado.	Custos operacionais elevados, riscos associados ao uso de armas de fogo.	Moderado
Segurança Eletrônica	Sistemas de alarme, câmeras e monitoramento remoto.	Instalação prévia, monitoramento contínuo.	Eficácia limitada na prevenção imediata de crimes, dependência de tecnologia e energia.	Moderado
Segurança Desarmada	Rondas, controle de acesso e monitoramento por profissionais sem armamento letal.	Baixo custo operacional e menor riscos associados ao uso de armas.	Limitações na resposta a situações de alta pressão e confronto direto.	Baixo
Inteligência Artificial	Tecnologias como reconhecimento facial, drones e análise de dados para identificação e prevenção de ameaças.	Eficiência na detecção de padrões e ameaças.	Investimento inicial alto, dependência de infraestrutura tecnológica e atualizações constantes.	Alto

Com base no exposto, a contratação do serviço de segurança armada oferece as melhores vantagens para esta Defensoria, atendendo suas necessidades de segurança. Trata-se de uma solução eficiente com tempo de resposta rápido, essencial para proteger tanto o patrimônio institucional quanto a integridade física das pessoas. Além disso, apresenta um ótimo custo benefício em comparação com as outras soluções de segurança, garantindo um ambiente seguro e permitindo o funcionamento contínuo das atividades deste órgão.

## 6. Descrição da solução como um todo

Diante da Descrição da Necessidade e do Levantamento de Mercado apresentados neste Estudo Técnico, a solução de contratar empresa especializada em serviços de vigilância armada se apresenta como a mais viável para suprir as necessidades desta Defensoria.

A prestação de serviços de vigilância armada deve fornecer vigilância ostensiva armada, com equipamentos de proteção e armamento apropriado, disponibilizando cursos e treinamentos de capacitação/atualização dos profissionais.

A prestação de serviço de vigilância armada deverá controlar o acesso de transeuntes, realizar revistas pessoais quando necessário e garantir a integridade física das pessoas e a preservação do patrimônio, sendo necessário pessoal treinado e com equipamentos de boa qualidade.

A alocação dos postos de trabalho serão distribuídos em diferentes cidades do Estado de Alagoas, como Maceió (Sede Geral, Grutinha e Poço), Rio Largo, Coruripe, Penedo, Arapiraca, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema e Delmiro Gouveia. As quantidades serão contratadas de acordo com a necessidade desta Defensoria em consoante com o registrado em ATA.

Para a Ata de Registro de Preços, buscando atender às necessidades de segurança da instituição, abrangendo diferentes horários e dias da semana, serão registrados os seguintes serviços de Vigilância Ostensiva Armada (tabela 02):

- **12 (doze) postos de vigilância, com jornada de 44 horas semanais, diurnos, de segunda a sexta-feira;**



- 05 (cinco) postos de vigilância, com jornada de 12 horas diurnas, em regime de escala de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, de domingo a domingo;
- 05 (cinco) postos de vigilância, com jornada de 12 horas noturnas, em regime de escala de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, de domingo a domingo.

**Tabela 02. Especificação dos itens a serem contratados.**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER
01	Vigilância Ostensiva Armada, de 44 horas semanais – DIURNO - (de segunda a sexta-feira).	24015
02	Vigilância Ostensiva Armada, 12 horas diurnas, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas - DIURNO - (de domingo a domingo).	24015
03	Vigilância Ostensiva Armada, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12x36 horas - NOTURNO - (de domingo a domingo).	24015

Os serviços serão prestados em horário definidos de acordo com cada posto de vigilância.

A prestação de serviços de vigilância armada deve fornecer equipamentos de proteção e armamento apropriado, disponibilizando cursos e treinamentos de capacitação/atualização dos profissionais.

Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar fardamentos específicos para o cargo, promovendo sua substituição quando necessário. A contratada deve disponibilizar uniformes completos, armamentos e munição, materiais e Equipamentos de Proteção Individual (EPI'S) para cada vigilante contratado.

Os uniformes a serem fornecidos pela contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão ou entidade contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade.

As quantidades e custos de uniformes, armanentos e munição, materiais e EPI'S por vigilante serão as seguintes, de acordo com a modalidade:

**Tabela 03. Uniforme - Por vigilante**

Item	Descrição	CATMAT	Quant. anual	Valor unitário *	Valor anual
01	Calças (por vigilante).	601102	02	R\$ 108,00	R\$ 216,00
02	Camisas de manga curta (por vigilante).	623334	02	R\$ 44,99	R\$ 89,98
03	Gandola de manga curta (por vigilante).	615976	02	R\$ 237,00	R\$ 474,00
04	Cinto com codre e baleiro (por vigilante).	609945	01	62,00	R\$ 62,00
05	Coturno (por vigilante).	614858	01	R\$ 249,69	R\$ 249,69
06	Par de meias (por vigilante).	446321	02	R\$ 14,89	R\$ 29,78
07	Quepe ou boné com emblema da empresa (por vigilante).	615672	01	R\$ 24,90	R\$ 24,90
08	Crachá (por vigilante).	10111	01	R\$ 11,77	R\$ 11,77
09	Presilha crachá (por vigilante).	406995	01	R\$ 2,84	R\$ 2,84
10	Cordão crachá (por vigilante).	441033	01	R\$ 1,60	R\$ 1,60
<b>Valor total</b>					R\$ 1.162,56
<b>Valor mensal por vigilante</b>					<b>R\$ 96,88</b>

**Tabela 04. Armamento e munição - Por vigilante - Posto de 44 horas semanais.**

Item	Descrição	Catmat/ Catser	Quant.	Valor unit. *	Valor total	Vida útil (meses)	Valor mensal	Valor por vigilante
01	Revólver calibre 38 (por posto).	99830	01	R\$ 4.900,00	R\$ 4.900,00	240	R\$ 20,42	R\$ 20,42
02	Munições calibre 38 (por posto).	242723	12	R\$ 6,06	R\$ 72,72	60	R\$ 1,21	R\$ 1,21
<b>Valor total</b>								R\$ 21,63
<b>Valor mensal por vigilante</b>								R\$ 1,80

**Tabela 05. Armamento e munição - Posto 12/36 horas - DIURNO/NOTURNO - de domingo a domingo.**

Item	Descrição	Catmat/ Catser	Quant.	Valor unit. *	Valor total	Vida útil (meses)	Valor mensal	Valor por vigilante
01	Revólver calibre 38 (por posto).	99830	01	R\$ 4.900,00	R\$ 4.900,00	240	R\$ 20,42	R\$ 10,21
02	Munições calibre 38 (por posto).	242723	12	R\$ 6,06	R\$ 72,72	60	R\$ 1,21	R\$ 0,61
<b>Valor total</b>								R\$ 10,82
<b>Valor mensal por vigilante</b>								R\$ 0,90

**Tabela 06. Materiais/Equipamentos/EPI's - Por vigilante - Posto de 44 horas semanais.**

Item	Descrição	Catmat/ Catser	Quant.	Valor unit.*	Valor total	Vida útil (meses)	Valor mensal	Valor por vigilante
01	Capa de chuva (por posto).	399247	01	R\$ 44,10	R\$ 44,10	12	R\$ 3,68	R\$ 3,68
02	Livro de ocorrência (por localidade).	616602	10	R\$ 35,00	R\$ 350,00	12	R\$ 29,17	R\$ 2,92
03	Tonfa (por vigilante)	299290	01	R\$ 41,00	R\$ 41,00	24	R\$ 1,71	R\$ 1,71
04	Porta Tonfa (por vigilante).	474226	01	R\$ 26,55	R\$ 26,55	24	R\$ 1,11	R\$ 1,11
05	Lanterna led recarregável (por posto).	430628	01	R\$ 120,00	R\$ 120,00	60	R\$ 2,00	R\$ 2,00
06	Rádio comunicador profissional (por vigilante).	615082	01	R\$ 189,00	R\$ 189,00	60	R\$ 3,15	R\$ 3,15
07	Capa de couro para rádio comunicador (por vigilante).	485151	01	R\$ 83,00	R\$ 83,00	60	R\$ 1,38	R\$ 1,38
08	Detector de metal portátil recarregável (por localidade).	248434	08	R\$ 108,00	R\$ 864,00	60	R\$ 14,40	R\$ 1,80
09	Cofre para arma de fogo e munição (por localidade).	617352	10	R\$ 430,00	R\$ 4.300,00	240	R\$ 17,92	R\$ 1,79
10	Capa de colete (por vigilante).	605162	01	R\$ 410,00	R\$ 410,00	60	R\$ 6,83	R\$ 6,83
11	Colete nível II-A (por posto).	398266	01	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00	60	R\$ 21,67	R\$ 21,67
<b>Valor total</b>								R\$ 48,04
<b>Valor mensal por vigilante</b>								R\$ 4,00

**Tabela 07. Materiais/Equipamentos/EPI's - Por vigilante - Posto 12/36 horas - DIURNO/NOTURNO - de domingo a domingo.**

Item	Descrição	Catmat/ Catser	Quant.	Valor unit. *	Valor total	Vida útil (meses)	Valor mensal	Valor por vigilante
01	Capa de chuva (por posto).	399247	01	R\$ 44,10	R\$ 44,10	12	R\$ 3,68	R\$ 1,84
02	Livro de ocorrência (por localidade).	616602	10	R\$ 35,00	R\$ 350,00	12	R\$ 29,17	R\$ 2,92
03	Tonfa (por vigilante)	299290	01	R\$ 41,00	R\$ 41,00	24	R\$ 1,71	R\$ 1,71
04	Porta Tonfa (por vigilante).	474226	01	R\$ 26,55	R\$ 26,55	24	R\$ 1,11	R\$ 1,11
05	Lanterna led recarregável (por posto).	430628	01	R\$ 120,00	R\$ 120,00	60	R\$ 2,00	R\$ 1,00
06	Rádio comunicador profissional (por vigilante).	615082	01	R\$ 189,00	R\$ 189,00	60	R\$ 3,15	R\$ 3,15
07	Capa de couro para rádio comunicador (por vigilante).	485151	01	R\$ 83,00	R\$ 83,00	60	R\$ 1,38	R\$ 1,38
08	Detector de metal portátil recarregável (por localidade).	248434	08	R\$ 108,00	R\$ 864,00	60	R\$ 14,40	R\$ 1,80
09	Cofre para arma de fogo e munição (por localidade).	617352	10	R\$ 430,00	R\$ 4.300,00	240	R\$ 17,92	R\$ 1,79
10	Capa de colete (por vigilante).	605162	01	R\$ 410,00	R\$ 410,00	60	R\$ 6,83	R\$ 6,83
11	Colete nível II-A (por posto).	398266	01	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00	60	R\$ 21,67	R\$ 10,84
<b>Valor total</b>								<b>R\$ 34,37</b>
<b>Valor mensal por vigilante</b>								<b>R\$ 2,86</b>

\*Os preços unitários estimados foram compostos com base nas fontes de consulta listadas no Anexo I.

Os custos mensais com uniformes, armamentos, munições e materiais/equipamentos/EPI's serão somados e multiplicados pela quantidade de postos desejada, conforme tabela abaixo:

**Tabela 08. Custos vezes a quantidade de postos.**

Necessidade do órgão	Quantidade de postos	Custo uniforme mensal	Custo armamento e munição mensal	Custo material mensal	Custo uniforme + armamento e munição + material	Custo uniforme + armamento e munição + material * quant. postos	Valor anual
Posto 44 horas	12	R\$ 96,88	R\$ 1,80	R\$ 4,00	R\$ 102,68	R\$ 1.232,16	R\$ 14.785,92
Posto 12/36 Diurno (2 vigilantes)	05	R\$ 193,76	R\$ 1,80	R\$ 5,72	R\$ 201,28	R\$ 1.006,40	R\$ 12.076,80
Posto 12/36 Noturno (2 vigilantes)	05	R\$ 193,76	R\$ 1,80	R\$ 5,72	R\$ 201,28	R\$ 1.006,40	R\$ 12.076,80

O prazo de execução dos serviços será contado do efetivo recebimento da Ordem de Execução/Nota de Empenho até a expiração do prazo de vigência contratual.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos dos serviços a serem contratados foram definidos para compor a ATA de Registro de Preço, calculado de acordo com a necessidade atual desta Defensoria Pública.

No contrato de segurança armada atualmente vigente nesta Defensoria, de nº 012/2021, advindo do processo nº 12070-4053/2021, nele foram contratados 08 (oito) postos de segurança armada de 44 horas semanais diurnos, 05 (cinco) de 12x36 horas diurnas e 04 (quatro) de 12x36 horas noturnas.

Atualmente, a Defensoria Pública possui convênio firmado com a Polícia Militar do Estado de Alagoas para a execução de serviços de segurança institucional em parte de suas unidades. Contudo, o referido convênio não contempla todos os postos necessários ao pleno atendimento da demanda existente.

Especificamente, os postos com jornada de 12x36 horas não foram abrangidos pelo ajuste firmado, permanecendo descoberta essa modalidade de escala. Além disso, mesmo entre os postos de 44 horas semanais, algumas unidades não foram contempladas, como nas cidades de Coruripe, Penedo, Arapiraca, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema e Delmiro Gouveia.

Ressalte-se, ainda, que em determinadas localidades não houve quantitativo suficiente de policiais militares interessados na prestação do serviço, registrando-se número reduzido de inscritos — em alguns casos apenas um, dois ou três candidatos — circunstância que inviabiliza a cobertura integral dos postos necessários.

Assim, o dimensionamento do quantitativo de postos e escalas de trabalho além de levar em consideração os números apresentados no contrato da empresa de segurança vigente e o convênio com os militares, foi baseado nas inaugurações de novos prédios e salas desta Defensoria (Santana do Ipanema, Rio Largo, Delmiro Gouveia e salas comerciais em Maceió), nas quais deverão ser inibidas e impedidas as ações suspeitas que possam oferecer riscos ao patrimônio público ou às pessoas, utilizando-se Sistema de Registro de Preço para evitar a contratação de postos desnecessários.

Na tabela 09 abaixo está descrita a estimativa das quantidades a serem registrada em Ata e a representação em forma percentual comparado aos postos atualmente contratados.

**Tabela 09. Quantidade de postos a ser registrado em ata, seguindo do percentual de aumento desta quantidade comparada aos postos contratados atualmente.**

Item	Descrição	Unidade de medida	Quant. de postos	% de aumento em relação ao contrato nº 012/2021*
01	Vigilância Ostensiva Armada, de 44 horas semanais - DIURNO - de segunda a sexta-feira.	Posto	12	50%
02	Vigilância Ostensiva Armada, 12 horas diurnas, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas - DIURNO - de domingo a domingo.	Posto	05	0%
03	Vigilância Ostensiva Armada, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas - NOTURNO - de domingo a domingo.	Posto	05	25%

\* Contrato nº 012/2021: contrato vigente com os postos de trabalho atuais nesta Defensoria.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 2.235.130,80

Estima-se que a ATA de Registro de Preço poderá ter valores mensais de até R\$ 186.260,90 (cento e oitenta e seis mil duzentos e sessenta reais e noventa centavos) e o valor anual de até R\$ 2.235.130,80 (dois milhões duzentos e trinta e cinco mil cento e trinta reais e oitenta centavos), para o período de 12 (doze) meses, conforme detalhado na tabela 10.

**Tabela 10. Valores estimadas da Ata de Registro de Preço.**

Item	Descrição	Quant. de postos	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual*
01	Vigilância Ostensiva Armada, de 44 horas semanais - DIURNO - de segunda a sexta-feira.	12	R\$ 5.434,40	R\$ 65.212,80	R\$ 782.553,60
02	Vigilância Ostensiva Armada, 12 horas diurnas, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas - DIURNO - de domingo a domingo.	05	R\$ 10.966,26	R\$ 54.831,30	R\$ 657.975,60
03	Vigilância Ostensiva Armada, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas - NOTURNO - de domingo a domingo.	05	R\$ 13.243,36	R\$ 66.216,80	R\$ 794.601,60

**\*Valor anual = valor unitário x 12 meses.**

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Portanto, não se deve aplicar o princípio de parcelamento nesta contratação, uma vez que dividir o objeto do contrato poderia resultar na perda de economia de escala e na inviabilidade técnica, gerando aumento da complexidade na fiscalização contratual devido a dificuldade de padronização do serviço.

Destaca-se que a existência de mais de uma empresa contratada poderia trazer uma série de transtornos quanto à eventual responsabilização e gerenciamento administrativo.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

As contratações correlatas são aquelas que podem estar conectadas, mas não apresentam uma dependência direta entre si. Em contraste, contratações interdependentes, embora distintas, são dependentes umas das outras.

Aos serviços de vigilância armada não há associações de contratações correlatas, no entanto para fortalecer a segurança, sugere-se uma contratação futura de sistema de câmeras de vídeo, que poderá auxiliar a vigilância armada no dia-a-dia.

Não há contratações interdependentes, considerando que a própria futura contratada deverá arcar com aquisição/renovação de equipamentos e de treinamento/capacitação de pessoal.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação de vigilância armada está alinhada ao Plano Anual de Contratações para o ano de 2026, visando à formalização de contrato que possibilite ter a disposição profissionais capacitados para atuar nas demandas de segurança desta Defensoria.

A contratação está alinhada ao planejamento, uma vez que diante do crescimento desta Defensoria, novas salas e prédios demandam toda a estrutura administrativa e operacional para funcionar, sendo a segurança um item indispensável para tal.

Esta contratação está alinhada entre ao planejamento como item essencial para garantir que os objetivos de segurança sejam alcançados de forma eficiente e dentro dos parâmetros legais e administrativos, sendo a contratação parte integrante das medidas de proteção.

Em síntese, o alinhamento entre a contratação de serviços de vigilância armada e o planejamento deste instituição foi crucial para garantir que todas as necessidades de segurança sejam atendidas de maneira eficaz, legal e eficiente.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

O benefício direto alcançado com a contratação de vigilância armada será a garantia de segurança patrimonial e das pessoas nos ambientes desta Defensoria, com profissionais preparados para lidar com situações de emergência, como invasões, roubos ou outras ameaças à segurança.

Pode-se mencionar ainda como benefício que a contratação de empresa terceirizada de segurança armada proporciona economicidade em treinamento e capacitação de pessoal, bem como a economia e a não responsabilização com os equipamentos de segurança, uma vez que alguns deles exigem regulamentação, manutenção e renovação de suprimentos.

Empresas de segurança terceirizadas geralmente estão atualizadas com as regulamentações locais e nacionais, ajudando a garantir a conformidade do serviço. Ao terceirizar a segurança, esta Defensoria pode se concentrar em suas atividades principais, sem maiores preocupações com questões técnicas e operacionais do serviço de segurança, como normalização de armas e escala de pessoal.

## **13. Providências a serem Adotadas**

Para esta contratação não haverá necessidade de adequações administrativas ou físicas nos ambientes que receberão os profissionais.

Nos ambientes onde os serviços serão realizados haverá instalações sanitárias e local adequado para os empregados terceirizados guardarem seus pertences. No entanto deve ser nomeado servidores para atuarem na gestão e fiscalização contratual, bem como um supervisor ou fiscal técnico para averiguar o serviço dos profissionais com regularidade, pedindo relatórios das ocorrências para registro e controle.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

Tratando de impacto ambiental pode-se mencionar os resíduos gerados advindo dos equipamentos utilizados pelos profissionais da segurança. Para minimizar esse impacto a empresa contratada deverá sempre adotar práticas de sustentabilidade, como por exemplo manutenção regular dos equipamentos de segurança e destinação ambientalmente adequada em caso de descarte dos equipamento.

A Contratada deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, conduzindo suas atividades em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis relacionadas tanto ao meio ambiente quanto à saúde dos trabalhadores.

A empresa contratada deve seguir as leis e normas que tratam da redução dos impactos ambientais, entre elas estão:

- Normativa nº 01/2010 do STI/MPOG - que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública;
- As resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA que versem acerca das licitações sustentáveis e que versem sobre o destino e tratamento de resíduos sólidos;
- Lei nº 6.938, de 1981, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, e respectivos regulamentos;
- Lei nº 12.305, de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- As Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Para a execução do serviço de vigilância armada sugere-se que os profissionais contratados sejam, preferencialmente, das cidades que irão atuar, assim fortalece a mão de obra local, gera emprego e impacto ambiental positivo.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A solução de contratar serviço de vigilância armada por meio de licitação que resulte em Ata de Registro de Preços se mostra importante para atender às necessidades desta Defensoria Pública. Assim, ao término deste estudo concluiu-se que essa solução é viável.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JULIELLE DE OLIVEIRA DOS SANTOS CARMO**

Assessora Técnica



*Assinou eletronicamente em 02/03/2026 às 10:37:11.*

**Anexo I - Fontes de consulta para composição do preço unitário estimado.**

**Tabela 01. Uniforme**

<b>Item</b>	<b>Especificação</b>	<b>Preço</b>	<b>Fornecedor</b>	<b>Link</b>
01	<b>Calças</b>	R\$ 108,00	UNIAO COMERCIO E SERVICOS LTDA CNPJ: 10.685.202/0001-78	<a href="https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/-1?compra=92644905900162025">https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/-1?compra=92644905900162025</a>
02	<b>Camisas de manga curta</b>	R\$ 44,99	RIOLLI & LIMA UNIFORMES LTDA CNPJ: 50.583.738/0001-05	<a href="https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/-6?compra=93044405900222025">https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/-6?compra=93044405900222025</a>
03	<b>Gandola de manga curta</b>	R\$ 237,00	A M M CORREA CNPJ: 53.169.506/0001-95	<a href="https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/25?compra=38028105900182025">https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/25?compra=38028105900182025</a>
04	<b>Cinto com coldre e baleiro (por vigilante)</b>	R\$ 62,00	SANTA VITORIA EMPREENDIMENTOS LTDA CNPJ: 28.033.910/0001-90	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/06156160000100/2025/28">https://pncp.gov.br/app/editais/06156160000100/2025/28</a>
05	<b>Coturno</b>	R\$ 249,69	JULIANA SUZUMURA GARCI CNPJ: 59.251.842/0001-69	<a href="https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/9?compra=71100005900032025">https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/9?compra=71100005900032025</a>
06	<b>Par de meias</b>	R\$ 14,89	ANA CRISTINA DE ALMEIDA GUIMARA CNPJ: 36.226.011/0001-31	<a href="https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/65?compra=13005805901502025">https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/65?compra=13005805901502025</a>
07	<b>Quepe ou boné com emblema da empresa</b>	R\$ 24,90	IGOR ARAUJO DA SILVA CNPJ: 60.890.630/0001-00	<a href="https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/2?compra=78110006900502025">https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/2?compra=78110006900502025</a>



08	<b>Crachá (por vigilante)</b>	R\$ 11,77	NILSEA G MARTINS CNPJ: 34.069.704/0001-32	<a href="https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/-1?compra=38933705900252025">https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/-1?compra=38933705900252025</a>
09	<b>Presilha crachá</b>	R\$ 2,84	IDPROMO COMERCIAL LTDA CNPJ: 17.791.755/0001-54	<a href="https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/1?compra=78470006900072025">https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/1?compra=78470006900072025</a>
10	<b>Cordão crachá</b>	R\$ 1,60	JP COMERCIO DE EMBALAGEN CNPJ: 50.643.874/0001-35	<a href="https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/17?compra=12063005900392025">https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/17?compra=12063005900392025</a>

**Tabela 02. Armamento e munição**

Item	Especificação	Preço	Fornecedor	Link
01	<b>Revólver calibre 38 (por posto)</b>	R\$ 4.900,00	PUMA ARTIGOS DE SEGURANCA LTDA CNPJ: 26.953.149/0001-89	<a href="https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/1?compra=15311406901202025">https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/1?compra=15311406901202025</a>
02	<b>Munições calibre 38 (por posto)</b>	R\$ 6,06	COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS CNPJ: 57.494.031/0001-63	<a href="https://pncp.gov.br/app/edits/11162144000160/2025/24">https://pncp.gov.br/app/edits/11162144000160/2025/24</a>

**Tabela 03. Materiais/Equipamentos/EPI's**

Item	Especificação	Preço	Fornecedor	Link
01	Capa de chuva (por posto)	R\$ 44,10	MULTSEG EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA TRABALHO LTDA CNPJ: 22.912.818/0001-13	<a href="https://pncp.gov.br/app/edital/06553804000102/2025/114">https://pncp.gov.br/app/edital/06553804000102/2025/114</a>
02	Livro de ocorrência (por localidade)	R\$ 35,00	UNITECH SOLUCOES TECNOLOGICAS CNPJ: 21.573.652/0001-95	<a href="https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/35?compra=38016005900112025">https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/35?compra=38016005900112025</a>
03	Tonfa (por vigilante)	R\$ 41,00	MILLY LOURIANE VALHEIR CNPJ: 43.324.338/0001-01	<a href="https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/1?compra=07001805900272025">https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/1?compra=07001805900272025</a>
04	Porta Tonfa (por vigilante)	R\$ 26,55	SOUZAGREEN CONFECÇÕES LTDA CNPJ: 22.293.524/0001-50	<a href="https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/7?compra=38028105900182025">https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/7?compra=38028105900182025</a>
05	Lanterna led (por posto)	R\$ 120,00	PAULO ELETRO LTDA CNPJ: 41.841.443/0001-92	<a href="https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/110?compra=25702805900082025">https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/110?compra=25702805900082025</a>
06	Rádio comunicador profissional (por vigilante)	R\$ 189,00	GIRLANA MEDEIROS COSTA TORRES CNPJ: 08.978.825/0001-97	<a href="https://pncp.gov.br/app/edital/07605850000162/2026/32">https://pncp.gov.br/app/edital/07605850000162/2026/32</a>
07	Capa de couro para rádio comunicador (por vigilante)	R\$ 83,00	MARCELO ALVES D CNPJ: 61.070.380/0001-25	<a href="https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/58?compra=12062905900592025">https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/58?compra=12062905900592025</a>
08	Detector de metal portátil recarregável (por localidade)	R\$ 108,00	COMERCIAL MODELO DE MAQUINAS E PAPEIS LTDA CNPJ: 06.270.023/0001-00	<a href="https://pncp.gov.br/app/edital/07954480000179/2025/21387">https://pncp.gov.br/app/edital/07954480000179/2025/21387</a>

09	<b>Cofre para arma de fogo</b>	R\$ 430,00	M & M COMERCIAL LTDA CNPJ: 49.874.173/0001-28	<a href="https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/1?compra=16038406900392025">https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/1?compra=16038406900392025</a>
10	<b>Capa de Colete</b>	R\$ 410,00	PAIOL COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES E ESPORTIVOS LTDA CNPJ: 39.682.238/0001-80	<a href="https://pncp.gov.br/app/edital/00394429000100/2025/3661">https://pncp.gov.br/app/edital/00394429000100/2025/3661</a>
11	<b>Colete Nível II-A (por posto)</b>	R\$ 1.300,00	COLETEC LTDA CNPJ: 56.072.541/0001-80	<a href="https://pncp.gov.br/app/edital/44229813000123/2025/171">https://pncp.gov.br/app/edital/44229813000123/2025/171</a>



DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS

**PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

<b>A</b>	Data de apresentação da proposta	
<b>B</b>	Município/UF	Maceió/AL
<b>C</b>	Ano, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	AL000008/2026
<b>D</b>	Nº de meses de execução contratual	12

**IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

<b>TIPO DE SERVIÇO</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE TOTAL A CONTRATAR</b>
Prestação de serviço de vigilância ostensiva armada - DIURNO - de domingo a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turno de 12x36 horas	Posto (empregado por posto)	5

**MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL**  
**DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO-DE-OBRA**

1	Tipo de serviços (mesmo serviço com características distintas)	Prestação de serviço de vigilância ostensiva armada - DIURNO - de domingo a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turno de 12x36 horas
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	1.719,62
4	Categoria profissional	SINDVIGILANTES/AL
5	Data-base da categoria	01 de Janeiro de 2026

**MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Salário-base	R\$ 1.719,62
B	Adicional de Periculosidade	R\$ 515,89
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Produtividade	R\$ 103,18
G	DSR	R\$ 51,00

Total da Remuneração				R\$ 2.389,69		
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS						
Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias						
2.1	13º Salário			%	Valor (R\$)	
A	13º Salário			8,33%	R\$ 199,14	
B	Adicional de Férias			2,78%	R\$ 66,43	
Subtotal				11,11%	R\$ 265,57	
C Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º Salário e Adicional de Férias			Lucro Real e Presumido		Simples Nacional	
			%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
			3,07%	R\$ 97,73	3,45%	R\$ 82,33
TOTAL			14,18%	R\$ 363,31	14,56%	R\$ 347,90
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			Lucro Real e Presumido		Simples Nacional	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)
A	INSS		20,00%	R\$ 477,94	20,00%	R\$ 477,94
B	SESI ou SESC		1,50%	R\$ 35,85		
C	SENAI ou SENAC		1,00%	R\$ 23,90		
D	INCRA		0,20%	R\$ 4,78		
E	Salário-Educação		2,50%	R\$ 59,74		
F	FGTS		8,00%	R\$ 191,18	8,00%	R\$ 191,18
G	SAT/INSS		3,00%	R\$ 71,69	3,00%	R\$ 71,69
H	SEBRAE		0,60%	R\$ 14,34		
TOTAL			36,80%	R\$ 879,41	31,00%	R\$ 740,80
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários				VALOR (R\$)		
A	Transporte			R\$ 16,82		
B	Auxílio-refeição/Alimentação			R\$ 396,00		
C	Assistência Médica e Familiar					
D	Assiduidade			R\$ 12,06		
E	Prêmio mensal jornada 12x36 - CLÁUSULA TRIGÉSIMA			R\$ 20,78		
F	Caixa Social			R\$ 50,00		
G	Jovem Aprendiz			R\$ 113,38		
H	Seguro de vida, invalidez e funeral			R\$ 10,00		
Total de Benefícios Mensais e Diários				R\$ 619,04		

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Lucro Real e Presumido	Simples Nacional
2.1	13º Salário e Adicional de Férias	R\$ 363,31	R\$ 347,90

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 879,41	R\$ 740,80
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 619,04	R\$ 619,04
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 1.861,75</b>	<b>R\$ 1.707,75</b>

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO								
3	Provisão para Rescisão			%	Valor (R\$)			
A	Aviso prévio indenizado			2,92%	R\$ 69,70			
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado			0,23%	R\$ 5,58			
C	Multa do FGTS sobre o aviso prévio indenizado			0,20%	R\$ 4,78			
D	Aviso prévio trabalhado			1,94%	R\$ 46,36			
Subtotal					R\$ 126,41			
			Lucro Real e Presumido		Simples Nacional			
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre aviso prévio trabalhado			%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	
				0,71%	R\$ 17,06	0,60%	R\$ 14,37	
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado				4,00%	R\$ 95,59	4,00%	R\$ 95,59
TOTAL					10,00%	R\$ 239,06	9,89%	R\$ 236,37

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
<b>Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais</b>			
<b>4.1</b>	<b>Ausências legais</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Férias	8,33%	R\$ 199,06
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	2,99%	R\$ 71,45
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade	0,97%	R\$ 23,18
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	1,50%	R\$ 35,85
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	1,30%	R\$ 31,07
F	Substituto na cobertura de Outros (especificar)		
<b>TOTAL</b>		<b>15,09%</b>	<b>R\$ 360,60</b>
<b>Submódulo 4.2 - Intra jornada ou Substituto da Intra jornada</b>			
<b>4.2.</b>	<b>Intra jornada</b>	<b>Valor (R\$)</b>	
A	Intervalo para repouso ou alimentação ou Substituto na Intra jornada	R\$ 264,34	
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 264,34</b>	

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Lucro Real e Presumido</b>	<b>Simples Nacional</b>
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 360,60	R\$ 360,60

4.2	Intervalo para repouso ou alimentação ou Substituto na Intrajornada	R\$ 264,34	R\$ 264,34
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 624,95</b>	<b>R\$ 624,95</b>

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS		
5	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 110,28
B	Materiais e Equipamentos	R\$ 19,09
C	Outros	
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 129,37</b>

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		Lucro Real		Lucro Presumido		Simples Nacional	
	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 262,24	5,00%	R\$ 262,24	5,00%	254,41
B	Lucro	5,00%	R\$ 275,35	5,00%	R\$ 275,35	5,00%	267,13
C	<b>Tributos</b>	<b>0,9135</b>	<b>R\$ 6.329,96</b>	<b>0,9135</b>	<b>R\$ 6.329,96</b>	<b>0,9221</b>	<b>6.083,57</b>
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	R\$ 41,14	0,65%	R\$ 41,14	0,44%	26,77
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	R\$ 189,90	3,00%	R\$ 189,90	2,35%	142,96
C.2	Tributos Estaduais						
C.3	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	R\$ 316,50	5,00%	R\$ 316,50	5,00%	304,18
<b>TOTAL</b>		<b>18,65%</b>	<b>R\$ 1.085,14</b>	<b>18,65%</b>	<b>R\$ 1.085,14</b>	<b>17,79%</b>	<b>995,44</b>

Quadro-resumo do Custo por Empregado		Lucro Real	Lucro Presumido	Simples Nacional
	Mão de obra vinculada à execução contratual	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2.389,69	R\$ 2.389,69	R\$ 2.389,69
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.861,75	R\$ 1.861,75	R\$ 1.707,75
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ 239,06	R\$ 239,06	R\$ 236,37
D	Módulo 4 - Custos de reposição do profissional ausente	R\$ 624,95	R\$ 624,95	R\$ 624,95
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 129,37	R\$ 129,37	R\$ 129,37
	<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>	<b>R\$ 5.244,82</b>	<b>R\$ 5.244,82</b>	<b>R\$ 5.088,13</b>
E	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 1.085,14	R\$ 1.085,14	R\$ 995,44
<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>		<b>R\$ 6.329,96</b>	<b>R\$ 6.329,96</b>	<b>R\$ 6.083,57</b>

Anexo I - Quadro Demonstrativo - Valor Global da Proposta						
Tipo de serviço (A)	Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por posto (C)	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de postos (E)	Valor mensal do serviço (F)=(D X E)	Valor anual do serviço (F)=(D X E)

POSTO DE VIGILANCIA ARMADA , EM REGIME DE 12X36 HORAS DIURNO	Lucro Real	R\$ 6.329,96	2	R\$ 12.659,92	5	R\$ 63.299,60	R\$ 759.595,20
	Lucro Presumido	R\$ 6.329,96	2	R\$ 12.659,92	5	R\$ 63.299,60	R\$ 759.595,20
	Simples Nacional	R\$ 6.083,57	2	R\$ 12.167,14	5	R\$ 60.835,70	R\$ 730.028,40



**PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS****DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

<b>A</b>	Data de apresentação da proposta	
<b>B</b>	Município/UF	Maceió/AL
<b>C</b>	Ano, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	AL000008/2026
<b>D</b>	Nº de meses de execução contratual	12

**IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

<b>TIPO DE SERVIÇO</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE TOTAL A CONTRATAR</b>
Prestação de serviço de vigilância ostensiva armada - NOTURNO - de domingo a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turno de 12x36 horas	Posto (empregado por posto)	5

**MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL  
DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO-DE-OBRA**

1	Tipo de serviços (mesmo serviço com características distintas)	Prestação de serviço de vigilância ostensiva armada - NOTURNO - de domingo a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turno de 12x36 horas
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	1.719,62
4	Categoria profissional	SINDVIGILANTES/AL
5	Data-base da categoria	01 de Janeiro de 2026

**MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Salário-base	R\$ 1.719,62
B	Adicional de Periculosidade	R\$ 515,89
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional noturno	R\$ 282,95
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	R\$ 290,00
F	Produtividade	R\$ 103,18
G	DSR	R\$ 112,98
<b>Total da Remuneração</b>		<b>R\$ 3.024,62</b>

**MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS**

Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias							
2.1	13º Salário			%	Valor (R\$)		
A	13º Salário			8,33%	R\$ 252,05		
B	Adicional de Férias			2,78%	R\$ 84,08		
Subtotal				11,11%	R\$ 336,14		
			Lucro Real e Presumido		Simples Nacional		
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º Salário e Adicional de Férias			%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
				3,07%	R\$ 123,70	3,45%	R\$ 104,20
TOTAL			14,18%	R\$ 459,83	14,56%	R\$ 440,34	
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			Lucro Real e Presumido		Simples Nacional		
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)	
A	INSS		20,00%	R\$ 604,92	20,00%	R\$ 604,92	
B	SESI ou SESC		1,50%	R\$ 45,37			
C	SENAI ou SENAC		1,00%	R\$ 30,25			
D	INCRA		0,20%	R\$ 6,05			
E	Salário-Educação		2,50%	R\$ 75,62			
F	FGTS		8,00%	R\$ 241,97	8,00%	R\$ 241,97	
G	SAT/INSS		3,00%	R\$ 90,74	3,00%	R\$ 90,74	
H	SEBRAE		0,60%	R\$ 18,15			
TOTAL			36,80%	R\$ 1.113,06	31,00%	R\$ 937,63	
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários					VALOR (R\$)		
A	Transporte				R\$ 16,82		
B	Auxílio-refeição/Alimentação				R\$ 396,00		
C	Assistência Médica e Familiar						
D	Assiduidade				R\$ 12,06		
E	Prêmio mensal jornada 12x36 - CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA				R\$ 20,78		
F	Caixa Social				R\$ 50,00		
G	Jovem Aprendiz				R\$ 113,38		
H	Seguro de vida, invalidez e funeral			R\$ 10,00			
Total de Insumos diversos					R\$ 619,04		

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Lucro Real e Presumido	Simplex Nacional
2.1	13º Salário e Adicional de Férias	R\$ 459,83	R\$ 440,34
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.113,06	R\$ 937,63
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 619,04	R\$ 619,04

<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.191,94</b>	<b>R\$ 1.997,01</b>
--------------	---------------------	---------------------

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO						
3	Provisão para Rescisão			%	Valor (R\$)	
A	Aviso prévio indenizado			2,92%	R\$ 88,22	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado			0,23%	R\$ 7,06	
C	Multa do FGTS sobre o aviso prévio indenizado			0,20%	R\$ 6,05	
D	Aviso prévio trabalhado			1,94%	R\$ 58,68	
Subtotal					R\$ 160,00	
			Lucro Real e Presumido		Simples Nacional	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre aviso prévio trabalhado		%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
			0,71%	R\$ 21,59	0,60%	R\$ 18,19
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado		4,00%	R\$ 120,98	4,00%	R\$ 120,98
TOTAL			10,00%	R\$ 302,58	9,89%	R\$ 299,18

<b>MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>			
<b>Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais</b>			
<b>4.1</b>	<b>Ausências legais</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Férias	8,33%	R\$ 251,95
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	2,99%	R\$ 90,44
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade	0,97%	R\$ 29,34
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	1,50%	R\$ 45,37
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	1,30%	R\$ 39,32
F	Substituto na cobertura de Outros (especificar)		
<b>TOTAL</b>		<b>15,09%</b>	<b>R\$ 456,41</b>
<b>Submódulo 4.2 - Intra jornada ou Substituto da Intra jornada</b>			
<b>4.2.</b>	<b>Intra jornada</b>	<b>Valor (R\$)</b>	
A	Intervalo para repouso ou alimentação ou Substituto na Intra jornada	R\$ 334,58	
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 334,58</b>	

<b>Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>			
<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Lucro Real e Presumido</b>	<b>Simples Nacional</b>
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 456,41	R\$ 456,41
4.2	Intervalo para repouso ou alimentação ou Substituto na Intra jornada	R\$ 334,58	R\$ 334,58
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 790,99</b>	<b>R\$ 790,99</b>

<b>MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS</b>
------------------------------------

5	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 110,28
B	Materiais e Equipamentos	R\$ 19,09
C	Outros	
TOTAL		R\$ 129,37

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		Lucro Real		Lucro Presumido		Simples Nacional	
	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 321,97	5,00%	R\$ 321,97	5,00%	R\$ 312,06
B	Lucro	5,00%	R\$ 338,07	5,00%	R\$ 338,07	5,00%	R\$ 327,66
C	Tributos	0,9135	R\$ 7.771,81	0,9135	R\$ 7.771,81	0,9221	R\$ 7.462,20
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	R\$ 50,52	0,65%	R\$ 50,52	0,44%	R\$ 32,83
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	R\$ 233,15	3,00%	R\$ 233,15	2,35%	R\$ 175,36
C.2	Tributos Estaduais						
C.3	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	R\$ 388,59	5,00%	R\$ 388,59	5,00%	R\$ 373,11
TOTAL		18,65%	R\$ 1.332,31	18,65%	R\$ 1.332,31	17,79%	R\$ 1.221,03

Quadro-resumo do Custo por Empregado		Lucro Real	Lucro Presumido	Simples Nacional
	Mão de obra vinculada à execução contratual	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 3.024,62	R\$ 3.024,62	R\$ 3.024,62
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.191,94	R\$ 2.191,94	R\$ 1.997,01
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ 302,58	R\$ 302,58	R\$ 299,18
D	Módulo 4 - Custos de reposição do profissional ausente	R\$ 790,99	R\$ 790,99	R\$ 790,99
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 129,37	R\$ 129,37	R\$ 129,37
	Subtotal (A + B + C + D + E)	R\$ 6.439,50	R\$ 6.439,50	R\$ 6.241,17
E	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 1.332,31	R\$ 1.332,31	R\$ 1.221,03
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 7.771,81	R\$ 7.771,81	R\$ 7.462,20

Anexo I - Quadro Demonstrativo - Valor Global da Proposta							
Tipo de serviço (A)		Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por posto (C)	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de postos (E)	Valor mensal do serviço (F)=(D X E)	Valor anual do serviço (F)=(D X E)
POSTO DE VIGILANCIA	Lucro Real	R\$ 7.771,81	2	R\$ 15.543,62	5	R\$ 77.718,10	R\$ 932.617,20
	Lucro Presumido	R\$ 7.771,81	2	R\$ 15.543,62	5	R\$ 77.718,10	R\$ 932.617,20

ARMADA , EM REGIME DE 12X36 HORAS NOTURNO	Simples Nacional	R\$ 7.462,20	2	R\$ 14.924,40	5	R\$ 74.622,00	R\$ 895.464,00
--	------------------	--------------	---	---------------	---	---------------	----------------

**PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS****DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

<b>A</b>	Data de apresentação da proposta	
<b>B</b>	Município/UF	Maceió/AL
<b>C</b>	Ano, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	AL000008/2026
<b>D</b>	Nº de meses de execução contratual	12

**IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

<b>TIPO DE SERVIÇO</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE TOTAL A CONTRATAR</b>
Prestação de serviço de vigilância ostensiva armada, 44 horas semanais - DIURNO - de SEGUNDA A SEXTA-FEIRA	Posto (empregado por posto)	12

**MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL****DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO DE OBRA**

1	Tipo de serviços (mesmo serviço com características distintas)	Prestação de serviço de vigilância ostensiva armada, 44 horas semanais - DIURNO - de SEGUNDA A SEXTA-FEIRA
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	1.719,62
4	Categoria profissional	SINDVIGILANTES/AL
5	Data-base da categoria	01 de Janeiro de 2026

**MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Salário-base	R\$ 1.719,62
B	Adicional de Periculosidade	R\$ 515,89
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Produtividade	R\$ 103,18
G	DSR	
<b>Total da Remuneração</b>		<b>R\$ 2.338,68</b>

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENS AIS E DIÁRIOS						
Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias						
2.1	13º Salário			%	Valor (R\$)	
A	13º Salário			8,33%	R\$ 194,89	
B	Adicional de Férias			2,78%	R\$ 65,02	
Subtotal				11,11%	R\$ 259,91	
			Lucro Real e Presumido		Simples Nacional	
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º Salário e Adicional de Férias		%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
			3,07%	R\$ 95,65	3,45%	R\$ 80,57
TOTAL			14,18%	R\$ 355,55	14,56%	R\$ 340,48
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			Lucro Real e Presumido		Simples Nacional	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)
A	INSS		20,00%	R\$ 467,74	20,00%	R\$ 467,74
B	SESI ou SESC		1,50%	R\$ 35,08		
C	SENAI ou SENAC		1,00%	R\$ 23,39		
D	INCRA		0,20%	R\$ 4,68		
E	Salário-Educação		2,50%	R\$ 58,47		
F	FGTS		8,00%	R\$ 187,09	8,00%	R\$ 187,09
G	SAT/INSS		3,00%	R\$ 70,16	3,00%	R\$ 70,16
H	SEBRAE		0,60%	R\$ 14,03		
TOTAL			36,80%	R\$ 860,64	31,00%	R\$ 724,99
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários					VALOR (R\$)	
A	Transporte				R\$ 72,82	
B	Auxílio-refeição/Alimentação				R\$ 580,80	
C	Assistência Médica e Familiar					
D	Assiduidade				R\$ 12,06	
E	Caixa Social				R\$ 50,00	
F	Jovem Aprendiz				R\$ 113,38	
G	Seguro de vida, invalidez e funeral				R\$ 10,00	
Total de Insumos diversos					R\$ 839,06	

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Lucro Real e Presumido	Simples Nacional
2.1	13º Salário e Adicional de Férias	R\$ 355,55	R\$ 340,48
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 860,64	R\$ 724,99
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 839,06	R\$ 839,06

<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.055,25</b>	<b>R\$ 1.904,53</b>
--------------	---------------------	---------------------

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO						
3	Provisão para Rescisão			%	Valor (R\$)	
A	Aviso prévio indenizado			2,92%	R\$ 68,21	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado			0,23%	R\$ 5,46	
C	Multa do FGTS sobre o aviso prévio indenizado			0,20%	R\$ 4,68	
D	Aviso prévio trabalhado			1,94%	R\$ 45,37	
Subtotal					R\$ 123,72	
			Lucro Real e Presumido		Simples Nacional	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre aviso prévio trabalhado		%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
			0,71%	R\$ 16,70	0,60%	R\$ 14,06
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado		4,00%	R\$ 93,55	4,00%	R\$ 93,55
TOTAL			10,00%	R\$ 233,96	9,89%	R\$ 231,33

<b>MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>			
<b>Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais</b>			
<b>4.1</b>	<b>Ausências legais</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Férias	8,33%	R\$ 194,81
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	2,99%	R\$ 69,93
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade	0,97%	R\$ 22,69
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	1,50%	R\$ 35,08
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	1,30%	R\$ 30,40
F	Substituto na cobertura de Outros (especificar)		
<b>TOTAL</b>		<b>15,09%</b>	<b>R\$ 352,91</b>
<b>Submódulo 4.2 - Intra jornada ou Substituto da Intra jornada</b>			
<b>4.2.</b>	<b>Intra jornada</b>	<b>Valor (R\$)</b>	
A	Intervalo para repouso ou alimentação ou Substituto na Intra jornada	0,00	
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	

<b>Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>			
<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Lucro Real e Presumido</b>	<b>Simples Nacional</b>
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 352,91	R\$ 352,91
4.2	Intervalo para repouso ou alimentação ou Substituto na Intra jornada		
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 352,91</b>	<b>R\$ 352,91</b>

<b>MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS</b>
------------------------------------



<b>5</b>	<b>Insumos diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	R\$ 110,28
B	Materiais e Equipamentos	R\$ 19,09
C	Outros	
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 129,37</b>

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		Lucro Real		Lucro Presumido		Simples Nacional	
	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 255,51	5,00%	R\$ 255,51	5,00%	R\$ 247,84
B	Lucro	5,00%	R\$ 268,28	5,00%	R\$ 268,28	5,00%	R\$ 260,23
C	<b>Tributos</b>	<b>0,9135</b>	<b>R\$ 6.167,45</b>	<b>0,9135</b>	<b>R\$ 6.167,45</b>	<b>0,9221</b>	<b>R\$ 5.926,57</b>
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	R\$ 40,09	0,65%	R\$ 40,09	0,44%	R\$ 26,08
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	R\$ 185,02	3,00%	R\$ 185,02	2,35%	R\$ 139,27
C.2	Tributos Estaduais						
C.3	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	R\$ 308,37	5,00%	R\$ 308,37	5,00%	R\$ 296,33
<b>TOTAL</b>		<b>18,65%</b>	<b>R\$ 1.057,28</b>	<b>18,65%</b>	<b>R\$ 1.057,28</b>	<b>17,79%</b>	<b>R\$ 969,75</b>

Quadro Resumo do Custo por Empregado		Lucro Real	Lucro Presumido	Simples Nacional
	Mão de obra vinculada à execução contratual	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2.338,68	R\$ 2.338,68	R\$ 2.338,68
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.055,25	R\$ 2.055,25	R\$ 1.904,53
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ 233,96	R\$ 233,96	R\$ 231,33
D	Módulo 4 - Custos de reposição do profissional ausente	R\$ 352,91	R\$ 352,91	R\$ 352,91
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 129,37	R\$ 129,37	R\$ 129,37
	<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>	<b>R\$ 5.110,17</b>	<b>R\$ 5.110,17</b>	<b>R\$ 4.956,82</b>
E	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 1.057,28	R\$ 1.057,28	R\$ 969,75
<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>		<b>R\$ 6.167,45</b>	<b>R\$ 6.167,45</b>	<b>R\$ 5.926,57</b>

Anexo I - Quadro Demonstrativo - Valor Global da Proposta							
Tipo de serviço (A)		Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por posto (C)	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de postos (E)	Valor mensal do serviço (F)=(D X E)	Valor anual do serviço (F)=(D X E)
POSTO DE VIGILANCIA	Lucro Real	R\$ 6.167,45	1	R\$ 6.167,45	12	R\$ 74.009,40	R\$ 888.112,80
	Lucro Presumido	R\$ 6.167,45	1	R\$ 6.167,45	12	R\$ 74.009,40	R\$ 888.112,80

ARMADA, 44 HORAS SEMANAIS, DIURNO	Simples Nacional	R\$ 5.926,57	1	R\$ 5.926,57	12	R\$ 71.118,84	R\$ 853.426,08
--	------------------	--------------	---	--------------	----	---------------	----------------

### UNIFORMES - POR VIGILANTE

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE POR VIGILANTE	MEDIANA/MÉDIA DE PREÇOS	TOTAL
1	Calça	2	R\$ 115,33	R\$ 230,66
2	Camisa de mangas curtas	2	R\$ 48,38	R\$ 96,76
3	Gandola de manga curta	2	R\$ 284,00	R\$ 568,00
4	Cinto com coldre e baleiro	1	R\$ 67,89	R\$ 67,89
5	Coturno	1	R\$ 276,56	R\$ 276,56
6	Par de meias	2	R\$ 18,58	R\$ 37,16
7	Quepe ou boné com emblema da empresa	1	R\$ 27,30	R\$ 27,30
8	Crachá	1	R\$ 13,80	R\$ 13,80
9	Presilha crachá	1	R\$ 3,30	R\$ 3,30
10	Cordão crachá	1	R\$ 1,97	R\$ 1,97
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 1.323,40</b>
<b>TOTAL MENSAL POR VIGILANTE</b>				<b>R\$ 110,28</b>

### MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE TOTAL	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	DEPRECIAÇÃO (MESES)	VALOR COM DEPRECIAÇÃO	TOTAL
1	Revolver Calibre 38 - Revólveres calibre .38, 5 tiros, cano 2" (Duas polegadas). Quantidade: 2 (dois), sendo 1 (um) para cada posto armado por turno.	2	R\$ 4.996,06	240	R\$ 20,82	R\$ 41,63
2	Munição Calibre .38 - Quantidade: 24 (vinte e quatro), sendo 5 (cinco) para cada arma disponibilizada.	24	R\$ 8,31	60	R\$ 0,14	R\$ 3,32

3	Capa de chuva (por posto)	2	R\$ 51,58	12	R\$ 4,30	R\$ 8,60
4	Livro de ocorrência (por localidade)	10	R\$ 37,20	12	R\$ 3,10	R\$ 31,00
5	Tonfa (por vigilante)	3	R\$ 48,60	24	R\$ 2,03	R\$ 6,08
6	Porta Tonfa (por vigilante)	3	R\$ 29,29	24	R\$ 1,22	R\$ 3,66
7	Lanterna led recarregável (por posto)	2	R\$ 133,43	60	R\$ 2,22	R\$ 4,45
8	Rádio comunicador (por vigilante)	3	R\$ 211,62	60	R\$ 3,53	R\$ 10,58
9	Capa de couro para rádio comunicador (por vigilante)	3	R\$ 98,93	60	R\$ 1,65	R\$ 4,95
10	Detector de Metal Móvel (por localidade)	8	R\$ 134,38	60	R\$ 2,24	R\$ 17,92
11	Cofre para arma de fogo e munição (por localidade)	10	R\$ 501,56	240	R\$ 2,09	R\$ 20,90
12	Capa Para Colete Balístico Lisa Simples (por vigilante)	3	R\$ 567,99	60	R\$ 9,47	R\$ 28,40
13	Coletes Balístico nível II-A (por posto)	2	R\$ 1.427,00	60	R\$ 23,78	R\$ 47,57
VALOR TOTAL						R\$ 229,05
TOTAL MENSAL POR VIGILANTE						R\$ 19,09



DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS

### Quadro Resumo - Valor Mensal dos Serviços

#### LUCRO REAL

Tipo do Serviço		Valor proposto por empregado	Quantidade de empregados	Valor proposto por posto	Quantidade de Postos	Valor proposto mensal	Qtde de meses	Valor total do serviço anual
(A)		(B)		(C)		(E) = (B x C x D)	(F)	(G) = (E x F)
1	Posto de vigilância 12 x 36 DIURNO	R\$ 6.329,96	10	R\$ 12.659,92	5	R\$ 63.299,60	12	R\$ 759.595,20
2	Posto de vigilância 12 x 36 NOTURNO	R\$ 7.771,81	10	R\$ 15.543,62	5	R\$ 77.718,10	12	R\$ 932.617,20
3	Posto de Vigilância 44 horas	R\$ 6.167,45	1	R\$ 6.167,45	12	R\$ 74.009,40	12	R\$ 888.112,80
						R\$ 215.027,10		R\$ 2.580.325,20

#### LUCRO PRESUMIDO

Tipo do Serviço		Valor proposto por empregado	Quantidade de empregados	Valor proposto por posto	Quantidade de Postos	Valor proposto mensal	Qtde de meses	Valor total do serviço anual
(A)		(B)		(C)		(E) = (B x C x D)	(F)	(G) = (E x F)
1	Posto de vigilância 12 x 36 DIURNO	R\$ 6.329,96	10	R\$ 12.659,92	5	R\$ 63.299,60	12	R\$ 759.595,20
2	Posto de vigilância 12 x 36 NOTURNO	R\$ 7.771,81	10	R\$ 15.543,62	5	R\$ 77.718,10	12	R\$ 932.617,20
3	Posto de Vigilância 44 horas	R\$ 6.167,45	1	R\$ 6.167,45	12	R\$ 74.009,40	12	R\$ 888.112,80
Valor total dos serviços						R\$ 215.027,10		R\$ 2.580.325,20

#### SIMPLES NACIONAL

Tipo do Serviço		Valor proposto por empregado	Quantidade de empregados	Valor proposto por posto	Quantidade de Postos	Valor proposto mensal	Qtde de meses	Valor total do serviço anual
(A)		(B)		(C)		(E) = (B x C x D)	(F)	(G) = (E x F)
1	Posto de vigilância 12 x 36 DIURNO	R\$ 6.083,57	10	R\$ 12.167,14	5	R\$ 60.835,70	12	R\$ 730.028,40
2	Posto de vigilância 12 x 36 NOTURNO	R\$ 7.462,20	10	R\$ 14.924,40	5	R\$ 74.622,00	12	R\$ 895.464,00
3	Posto de Vigilância 44 horas	R\$ 5.926,57	1	R\$ 5.926,57	12	R\$ 71.118,84	12	R\$ 853.426,08
Valor total dos serviços						R\$ 206.576,54		R\$ 2.478.918,48